



OFÍCIO Nº 116 /GPEM/2025

Barra do Garças/MT, 28 de fevereiro de 2025.

Ao Senhor
Vereador **HIAGO TELES**
Câmara Municipal de Barra do Garças
NESTA.

Referência: Indicação nº 047/2025

Senhor Vereador,

A par de cumprimentá-lo, vimos através do presente, em atenção a Indicação em referência, encaminhar cópia do Ofício nº 100/PROJUR/2025; Ofício nº 040/SECPLAN-FINAN/2025; Memo. Nº 0005/REC. TRIB./2025 e; 84/PROJUR/2025, os quais versão sobre a mesma.

Sendo o que tínhamos para o momento e contando com a compreensão que lhe é costumeira, desde já agradecemos, despedindo-nos renovando votos de distinta consideração e apreço.

Atenciosamente,

BLAYNNY VITOR DAMASSENA
Secretário-Chefe de Gabinete
Portaria nº 21.814, de 01.01.2025

Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Barra do Garças
Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva

SECRETÁRIO DAMASSEN

Secretário-Chefe de Gabinete
Portaria Nº 21.814, de 01/11/2025

INDICAÇÃO 047/2025

Autoria: **Hiago Teles Alves – PL**

À Exma.

Mesa Diretora

Câmara Municipal de Barra do Garças-MT

Indica ao **Poder Executivo Municipal** a necessidade de envio de um Projeto de Lei à Câmara Municipal, dispondo sobre a concessão de isenção e redução temporária de tributos municipais para empresas estabelecidas no município de Barra do Garças – MT.

Justifica-se esta indicação em razão da importância do setor empresarial para a economia local e do papel essencial das micro, pequenas e médias empresas na geração de emprego e renda. Nesse sentido, propõe-se a criação do Programa de Incentivo à Manutenção das Empresas Locais – PRIME, com o objetivo de minimizar os impactos econômicos enfrentados pelos empresários, promovendo incentivos fiscais e tributários que permitam a continuidade das atividades empresariais e a preservação de empregos na cidade.

A presente indicação visa estabelecer a isenção e a redução temporária de tributos municipais, proporcionando condições mais favoráveis para a sustentabilidade financeira das empresas e estimulando a economia local.

Dentre os benefícios propostos, destacam-se:

1. **Isenção total, pelo período de 12 meses, das seguintes taxas:**
 - a) Taxa de Licença para Localização e Funcionamento (Alvará);
 - b) Taxa de Fiscalização Sanitária;
 - c) Taxa de Publicidade para micro e pequenas empresas.
2. **Redução de até 50% do IPTU** para empresas que mantiverem ou ampliarem o número de empregos diretos durante o período do benefício.
3. **Redução de até 30% do ISSQN** para micro e pequenas empresas dos setores de comércio, serviços e indústria que comprovem dificuldades financeiras.

Para que os benefícios sejam concedidos de maneira justa e eficaz, sugere-se que as empresas beneficiárias:

- a) Estejam regulares junto ao município;
- b) Comproven a manutenção ou ampliação do quadro de funcionários;
- c) Não possuam débitos tributários ou estejam aderentes a programas de regularização fiscal.

(66) 3401-2484 / 0800 642 6811

barradogarcas.mt.leg.br – fb.com/camarabarradogarcas
Rua Mato Grosso, Nº 617, Centro, Barra do Garças – MT, CEP: 78600-023
camara@barradogarcas.mt.leg.br / redacao@barradogarcas.mt.leg.br

Recebido em
18/02/25



OFÍCIO Nº 100/PROJUR/2025

Barra do Garças/MT, 28 de fevereiro de 2025.

De: Procuradoria Jurídica

Ao: Gabinete do Prefeito

Assunto: Indicação nº047/2025 – Vereador Hiago Teles Alves.

Prezado(a) Senhor(a),

A par de cumprimentá-lo (a), venho por meio desse, encaminhar o Ofício nº040/SECPLAN-FINAN/2025 da Secretaria de Planejamento e Finanças e o Memo. nº00005/REC.TRIB/2025 do Setor de Receita Tributária, onde opinam pelo desacordo das medidas trazidas na Indicação nº047/2025, ante o impacto financeiro que causaria aos cofres públicos, bem como a ausência da presença na LDO e LOA.

Deste modo, solicito à Vossa Senhoria que encaminhe o presente procedimento ao gabinete do Vereador Hiago Teles Alves.

Sem mais para o momento, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para dirimir eventuais controvérsias porventura remanescentes.

Atenciosamente.

Herbert de Souza Penze

Procurador Geral do Município de Barra do Garças/MT

*Recebido em
28/02/25*

Página 1



Barra do Garças-MT, 26 de fevereiro de 2025.

OFÍCIO Nº040/SECPLAN-FINAN/2025

27.02.25
Proc. Jurídica Municipal
Barra do Garças

AO SR. HERBERT DE SOUZA PENZE
Procurador Geral do Município

Prezado(a),

Venho, por meio deste, em resposta à Indicação 047/2025, de autoria do Sr. Hiago Teles Alves, que propõe a criação do Programa de Incentivo à Manutenção das Empresas Locais, informar que este órgão da Administração Pública manifesta seu desacordo quanto à implementação das medidas sugeridas.

O documento protocolado apresenta as seguintes solicitações:

1. **Isenção total**, por 12 meses, das seguintes taxas para micro e pequenas empresas:
 - Taxa de Licença (Localização e Funcionamento);
 - Taxa de Fiscalização Sanitária;
 - Taxa de Publicidade.
2. **Redução de até 50% do IPTU** para empresas que mantiverem ou ampliarem o número de empregos durante o período do benefício.
3. **Redução de até 30% do ISSQN** para micro e pequenas empresas dos setores de comércio, serviços e indústria que comprovem dificuldades financeiras.

Apesar do compromisso da Prefeitura Municipal em incentivar fiscal e tributariamente as empresas locais dentro dos limites estabelecidos pelo Código Tributário Municipal, é importante ressaltar que essas medidas gerariam um impacto financeiro significativo nos cofres públicos.

É sabido que em nosso município há um vasto setor empresarial, que movimenta a economia e gera empregos. No entanto, a arrecadação tributária é uma das principais fontes de receita da Administração Pública, sendo essencial para o financiamento dos serviços municipais e alterações substanciais no ato do



recolhimento fiscal e tributário podem comprometer a sustentabilidade financeira do município.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal 101/2000), em conjunto com a LDO e a LOA, determina que qualquer renúncia de receita deve ser acompanhada de uma nova fonte de arrecadação, garantindo o equilíbrio fiscal e evitando déficits, no entanto, no cenário atual, a viabilização dessa compensação mostra-se inviável.

Ademais, se o Poder Executivo optar pelo deferimento do supracitado Programa será respeitado o disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em seu art. 113:

“A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”.

Certos de sua habitual atenção, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Luene Pereira de Souza

Secretária de Planejamento e Finanças

Portaria nº21.851 de 01 de janeiro de 2025



PREFEITURA

BARRA DO GARÇAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

SETOR DE RECEITA TRIBUTÁRIA

Seção de Licenciamento e Fiscalização

ADM. 2025/2028

Memo Nº. 0005/REC. TRIB/2025

Barra do Garças (MT), 26 de fevereiro de 2025.

A

Secretaria de Planejamento e Finanças

Luene Pereira de Souza

Assunto: Resposta a Indicação 047/2025 de Autoria do Vereador Hiago Teles Alves – PL.

Prezada Senhora;

Após análise da Indicação acima citada, temos a informar que a Lei Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), prevê que renúncia de Receita tem que está prevista na LDO e na LOA, e que o município deverá arrumar uma nova fonte de arrecadação para suprir o valor renunciado.

Portanto, se for vontade do Executivo fomentar a proposta da Indicação supracitada, a Secretaria de Planejamento e Finanças deverá fazer estudo do impacto que o Projeto de Lei trará aos cofres públicos, e organizar outra forma de receita para suprir a renúncia.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente;

Lindomar Campos Rodrigues

Coordenador do Setor de Receita Tributária e

Chefe da Seção de Licenciamento e Fiscalização

Portaria Nº 21.903 de 16/01/2025



OFÍCIO Nº 84/PROJUR/2025

Barra do Garças/MT, 24 de fevereiro de 2025.

De: Procuradoria Jurídica

À: Gerência de Arrecadação e Tributos

URGENTE

Assunto: Indicação Legislativa nº047/2025

Prezado(a) Senhor(a),

A par de cumprimentá-lo (a), venho por meio desse, encaminhar a Indicação nº047/2025, de autoria do Vereador Hiago Teles Alves – PL - onde indica a propositura de um PL Executivo que institua o Programa de Incentivo à Manutenção das Empresas Locais – PRIME – o qual tem como objeto a isenção de taxas municipais à empresas do comercio local.

Deste modo, solicito à Vossa Senhoria que emita parecer avaliando o impacto econômico que eventual Projeto de Lei causará na arrecadação municipal, e, por conseguinte, no erário público.

Sem mais para o momento, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para dirimir eventuais controvérsias porventura remanescentes.

Atenciosamente.


Herbert de Souza Penze

Procurador Geral do Município de Barra do Garças/MT